INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é analisar as relações entre determinação semântica, generalidade, e impredicatividade no desenvolvimento do pensamento de Wittgenstein. Para efetuar tal análise, partiremos das tentativas de solução propostas por Russell para o paradoxo surgido no programa logicista, e, a partir disso, consideraremos pormenorizadamente a maneira como a impredicatividade aparece e é tratada na obra de Wittgenstein, no contexto da determinação semântica, desde o *Tractatus* até suas considerações tardias sobre as demonstrações matemáticas.

Nossa hipótese central parte de uma leitura do pensamento de Wittgenstein, segundo a qual, apesar da constativa ruptura existente entre as duas mais comumente identificadas fases de sua Filosofia, existiriam também pelo menos duas inegáveis continuidades ao longo do desenvolvimento de sua obra: a sua concepção acerca da natureza e da tarefa da Filosofia, e a distinção entre (1) o âmbito empírico da linguagem – o que é meramente dito como contingente – e (2) o âmbito normativo desta – o que regula e determina os limites do que é dito e é necessário. Existiria, portanto, uma clara determinação de (2) sobre (1), e a confusão entre o que é (2) e o que é (1) – o tratamento de (2) como (1) – seria a causa dos principais problemas e disputas metafísicas, recorrentes e infundáveis.¹ Consideramos, além disso, que estas duas inegáveis continuidades derivam-se de uma outra, mais fundamental, em termos de hierarquia conceitual, para o entendimento das análises de Wittgenstein, e que seria, tal como defenderemos, uma das principais características permanentes presentes em seu pensamento, o tema desta tese, a saber, o que denominamos ‘caráter *impredicativo* do âmbito necessário da linguagem e da própria determinação semântica’.

Wittgenstein não utiliza o termo *impredicativo* para ressaltar este caráter (embora fale diretamente em ‘circularidade’), entretanto a característica, por ele remarcada no âmbito necessário da linguagem, cai sob este conceito, no sentido em que, como deverá ficar claro ao longo do presente estudo, neste âmbito, *não*

¹ “O que sempre faço parece ser enfatizar uma distinção entre a determinação de um sentido e o emprego de um sentido.” (*RFM*, III, 37)

há, e não pode haver, independência (determinação independente) entre o que é predicado e aquilo sobre o que é predicado é predicado. Tendo então em vista que não são os termos utilizados que determinam os conceitos empregados, mas, ao contrário, que os conceitos empregados é que devem determinar nossa escolha dos melhores termos para designá-los, optamos por usar o termo ‘impredicativo’ para designar a característica por nós delimitada, posto acreditarmos que este termo salienta melhor o que está envolvido no caso em questão, permitindo também um maior diálogo com outros âmbitos, importantes para nosso tema, nos quais esta característica é ressaltada.

Aqui pode ser retorquido, de saída, que este caráter *impredicativo* do âmbito necessário da linguagem no pensamento de Wittgenstein, diferencia-se sobremaneira daquele sentido inicial de *impredicatividade*, cunhado por Poincaré e retomado por Russell.² Mas nós, ao contrário, nos esforçamos para aproximá-los o quanto possível ao longo de nosso trabalho, até porque acreditamos que esta aproximação não apenas nos permite entender melhor as críticas de Wittgenstein a Russell, que abordaremos, mas, de modo mais importante, nos permite entender em que sentido, para Wittgenstein, tomar o necessário como uma “propriedade” significa tratar o que permite a atribuição de “propriedades” como sendo da mesma natureza da propriedade atribuída, devendo, assim, aplicar-se a si mesma, o que, de fato, está já na base do que acarreta o paradoxo de Russell, na medida em que este é entendido como se derivando da permissão de que uma função seja argumento de si mesma.

Manteremos que este caráter, que denominamos ‘impredicativo’, da necessidade, relativo à própria determinação semântica, é a idéia central que Wittgenstein jamais abandonou, e, sendo assim, conquanto a sua própria concepção da natureza da linguagem pôde mudar radicalmente, existiria uma unidade no seu pensamento estabelecida a partir do esclarecimento da manutenção desta idéia. Desta análise do âmbito necessário da linguagem, que tomamos como central em nossa leitura do desenvolvimento do pensamento de Wittgenstein, acreditamos poder derivar as principais posições mantidas pelo filósofo em ambas as fases de sua obra, tais como: a crítica ao caráter teórico da filosofia tradicional;

² Entendido aqui como sendo fundamentalmente um desrespeito ao princípio do círculo vicioso na seguinte formulação: “O que quer que envolva todos de uma coleção não deve ser um elemento da coleção; ou, inversamente, se, dado que uma coleção tenha um total, ela teria elementos definíveis somente em termos desse total, então a dita coleção não tem um total.” (Russell, 1908, p.155)

a recusa ao tratamento extensional do infinito; em sua primeira fase, a distinção entre dizer e mostrar; em sua segunda fase, as críticas à concepção agostiniana da linguagem; a recusa ao tratamento extensional da determinação semântica; a recusa ao realismo do significado; além de suas polêmicas observações sobre os fundamentos da matemática.

É um dado biográfico incontestável a importância dos paradoxos por impredicatividade no desenvolvimento intelectual de Wittgenstein. De fato, Wittgenstein começou a se interessar por Filosofia justamente em meio à crise de fundamentos ocasionada pelos paradoxos que Russell descobrira no sistema de Frege. Antes de ir para Cambridge estudar com Russell, ainda em 1909, Wittgenstein elaborou seu primeiro trabalho de cunho filosófico: uma tentativa de solucionar os paradoxos, que enviou para Jourdain.³ Embora, esta tentativa de solução tenha sido recusada por seu destinatário, este fato atesta o papel central da questão aberta pela impredicatividade para o próprio se voltar de Wittgenstein para a atividade filosófica, convergindo para a nossa hipótese, de acordo com a qual, Wittgenstein teria, já no início de sua atividade filosófica, analisado como a questão de princípio envolvida no paradoxo de Russell se aplicava à determinação semântica. De fato, várias fontes biográficas ressaltam que Wittgenstein teria ficado bastante impressionado com o paradoxo, como algo que expressaria *um limite de nosso entendimento*. Como ele expressará em tom sarcástico, muitos anos depois, o paradoxo parecia um sinal de Deus de que há algo inalcançável para nós (*RFM*, IV, 56). Independentemente do tom peculiar que esta observação adquire na filosofia tardia de Wittgenstein, o fato é que ele parece ver inicialmente o paradoxo como algo muito importante, e, ao contrário de Russell, que se sentia gastando seu tempo pensando sobre algo trivial, Wittgenstein toma o paradoxo como algo sobre o qual valeria a pena pensar, como se através dele pudessemos compreender a essência de nosso entendimento a partir dos seus limites. De maneira análoga, como se sabe, ele alistou-se como voluntário na Primeira Guerra com a manifesta intenção de compreender a essência e o sentido da vida por colocá-la diante de seu limite: “Agora me será dada a possibilidade de ser um homem decente, pois estou face à face com a morte” (*CS*, 15/09/14, p.36).

³ “Wittgenstein interessou-se pelos problemas levantados pela descoberta dos paradoxos que, à época, agitavam os círculos matemáticos-filosóficos. Pouco antes de abril de 1909, ele pensou ter resolvido essa questão, e enviou sua solução a um colega e amigo de Russell, Philip Jourdain.” (Schmitz, 2004, p.24)

“Somente a morte dá à vida sua significação” (CS, 9/5/16, p.116). E também esta é a tarefa que, como se sabe, o *Tractatus* devia cumprir: mostrar a essência da linguagem de dentro, a partir de seus limites. Não por acaso, como pretendemos deixar claro no segundo capítulo do presente trabalho, Wittgenstein faz isso repetindo e aplicando o princípio envolvido no paradoxo no que se refere à determinação do Espaço Lógico. Se estivermos corretos, Wittgenstein, antes de tudo, ficou muito impressionado com os *Principles*, de Russell⁴, e atendeu ao convite ali feito a todos que se interessam por Lógica de tentar resolver os problemas que a *Teoria dos Tipos* Simples não resolvia: “Qual pode ser a solução completa desta dificuldade, eu não consegui descobrir, mas como ela afeta o próprio fundamento do raciocínio, eu recomendo seriamente o seu estudo a todos os estudantes de lógica” (Russell, 1903, Ap. B).⁵ Apesar das duras críticas que, como veremos, Wittgenstein fez a Russell, ele se demonstra inicialmente muito impressionando com os *Principles*, e ele o compara expressamente a uma peça musical de profunda beleza (Cf.: Chauviré, 1989, p.31). Nos *Principles*, o paradoxo aparece formulado de uma maneira muito simples, e parece que, em um primeiro momento, Wittgenstein acredita que poderia resolvê-lo. Russell, entretanto, considerava que, com o paradoxo, toda a tarefa de fundamentação da matemática estaria perdida e que, por isso, sem resolvê-lo nenhum outro desenvolvimento sobre a matéria teria importância. Wittgenstein pareceu então sentir-se diante de uma tarefa grandiosa, de algo sobre o que valeria a pena pensar e em relação ao que ele poderia fazer uma importante contribuição. Talvez por isso tenha dito ainda em 1913 a David Pinsent que seu maior medo era morrer sem conseguir resolver os problemas da Teoria dos Tipos (Cf.: Chauviré, 1989, p.33). Correndo o risco de certo exagero, podemos mesmo dizer que é o paradoxo e a tentativa de resolvê-lo, quase que como uma forma de justificar sua própria

⁴ Em Monk encontramos: “A leitura do livro de Russell se revelaria um evento decisivo na vida de Wittgenstein. Embora continuasse ainda por mais dois anos suas pesquisas aeronáuticas, ia ficando cada vez mais obcecado pelos problemas discutidos por Russell, realizando seu trabalho em engenharia com um desencanto cada vez maior. Por fim encontrara algo que o absorvia tanto quanto o piano absorvera seu irmão Hans, um campo no qual podia ter a esperança não apenas uma contribuição valiosa, mas uma grande contribuição.” (Monk, 1995, p. 43)

⁵ Em relação a esta passagem, Monk afirma em sua biografia: “Era exatamente a isca necessária para fisgar Wittgenstein e, seguindo a recomendação de Russell, ele se aplicou com diligência a buscar a solução do paradoxo. Boa parte de seus dois primeiros trimestres em Manchester foram dedicados a um estudo metucioso dos *Principles* de Russell e dos *Grundgesetze* de Frege. Até que, em algum momento antes de abril de 1909, ele esboçou sua primeira tentativa de solução, que enviou ao amigo de Russell, o matemático e historiador da matemática Philip E. B. Jourdain.” (Monk, 1995, p. 45)

vida e evitar o suicídio, que está na raiz do próprio se voltar de Wittgenstein para a atividade filosófica.⁶ Acreditamos que, em toda sua obra, quando Wittgenstein se refere aos *problemas filosóficos* é principalmente em problemas como o paradoxo, e nas reações que este provocou em seus contemporâneos, que ele pensa. O paradoxo seria a expressão máxima de uma questão filosófica, ele seria a ilustração paradigmática do que é uma questão filosófica, do tipo de problema com o qual nos deparamos quando filosofamos, e dos abismos aos quais podemos ser então conduzidos. Por isso, é buscando solucioná-lo que Wittgenstein se volta para a Filosofia, mas é quando ele conclui que não pode solucioná-lo, mas apenas “dissolvê-lo”, mostrando que ele não é de fato um problema que, como veremos, Wittgenstein inaugura sua própria Filosofia, instituindo seu modo de abordar os problemas filosóficos no geral. Este método será então mantido por toda sua obra.

Nosso trabalho pretende contribuir para esclarecer em que sentido existe uma certa noção de *impredicatividade* inerente ao funcionamento da generalidade lingüística, recorrente não apenas em teorias realistas do significado, mas no próprio tratamento da determinação do sentido em geral. A determinação semântica suporia a *impredicatividade* na medida em que suporia um âmbito *determinado sem determinação* externa, e, portanto, *internamente determinado*. É a partir, de fato, da noção chave de *relação interna*, que perpassa ambas as fases de Wittgenstein, que abordaremos as características e a função deste âmbito nas análises mantidas pelo filósofo. Uma *relação interna* seria determinada internamente na medida em que os relacionados são o que são porque assim se relacionam. Entretanto, como a relação supõe os relacionados, e os relacionados supõem a relação, uma *relação interna* é, nesse sentido, *impredicativa*.

No *Tractatus*, este âmbito *determinado sem determinação* cumpriria a função de estabelecer um limite, necessário, para o possível, que não poderia, sob pena de se incorrer na contradição de supor o impossível como possível, ser tomado como mais uma possibilidade, sendo, portanto, em máximo grau, *internamente determinado* pela ontologia atômica *tractatiana* de objetos simples. Tais objetos seriam responsáveis pela determinação das combinações possíveis afiguradas pela linguagem. Essas combinações possíveis seriam contingentes, desde que externamente determinadas, mas a determinação das combinações seria

⁶ “O problema fundamental da lógica tem que ser resolvido e eu preciso tornar-me um novo homem.” (McGuinness, 1988, p.193)

necessária, estabelecida por *relações internas*. Tais relações não poderiam ser afiguradas como possíveis, justamente porque, sendo necessárias, não poderiam ser adicionalmente determinadas, mas seriam determinadas sem determinação ulterior, devendo, assim, mostrarem-se na linguagem. O problema central da *Teoria dos Tipos* de Russell, e do seu tratamento funcional da generalidade, teria sido então tentar falar das *relações internas*, o que equivaleria a confundir o que pode ser descrito e é contingente, com o lógico, que é necessário e suposto por toda descrição. Tais análises desembocam na distinção *tractatiana* entre as noções de *função* e *operação*. A noção de *operação* deveria expressar a *relação interna* existente entre uma constante funcional e seus casos possíveis, possibilitando a determinação *impredicativa* da generalidade inerente às *séries formais*.

Já na segunda fase de Wittgenstein, dito de modo geral, a noção de *relação interna* é retomada no contexto da discussão sobre as normas gramaticais. Como se sabe, o famoso problema da determinação das regras consiste em que qualquer justificação da relação de uma regra com suas aplicações é sempre uma interpretação da regra, ou uma regra de ordem superior, o que acaba conduzindo a uma substituição infinita de regras por regras, sem que nenhuma determinação seja estabelecida. Se tivermos um critério que pode ser identificado independente da própria regra para justificá-la, precisaremos de uma outra regra para relacioná-los, mas, se não temos um tal critério, parece que não há determinação alguma. Uma regra deveria ser, assim, novamente, *determinada sem determinações* externas. Wittgenstein mantém então que há uma *relação interna* entre regras e instâncias, elas se pressupõem mutuamente, e é essa pressuposição mútua que constitui a significação.

Cumprindo os objetivos expostos, (1) esclareceremos pontos importantes, envolvidos na determinação do significado e esperamos mesmo contribuir para a clarificação do que está envolvido nos paradoxos por impredicatividade, e de como estes se relacionam com a própria determinação da generalidade lingüística. Adicionalmente, (2) forneceremos uma opção de leitura da obra de Wittgenstein que, ao mesmo tempo em que possui originalidade e ressalta aspectos e continuidades muitas vezes desconsideradas pelos comentadores, confere alguma razoabilidade e coerência interna às suas mais polêmicas, aparentemente injustificadas, e conseqüentemente incompreendidas, passagens.

O caráter original de nossa leitura está ao mesmo tempo na clarificação da impredicatividade atribuída, em Wittgenstein, ao âmbito normativo, e nas conseqüências retiradas dessa característica para o próprio problema da *determinação semântica*, ainda hoje fundamental para a disputa entre as abordagens realistas e construtivistas do significado, bem como na centralidade que atribuímos a esta consideração no que diz respeito ao desenvolvimento de seu pensamento e à compreensão das demais posições mantidas por Wittgenstein.

Sobre este último ponto, é importante notar já que a *impredicatividade* do âmbito necessário aparece na obra de Wittgenstein como uma questão de princípio, o que significa dizer: o âmbito normativo é, por princípio, impredicativo. Isso é o que se segue das análises de Wittgenstein, não é uma tese pressuposta sem maiores justificativas pelo autor. Colocando este ponto nestes termos, na medida em que as demais posições e críticas de Wittgenstein são mostradas derivadas desta questão de princípio, tais posições não apenas tornam-se plenamente justificadas, como assumem um caráter verdadeiramente inelutável – seguindo-se, mediante análise, por necessidade –, e perdendo a absurdidade que poderiam muitas vezes aparentar em um primeiro momento.

A leitura crítica que o segundo Wittgenstein faz do primeiro teorema da incompletude de Gödel, que pretendemos analisar ao final de nossa tese, aparece como paradigmática nesse sentido: na medida em que a *impredicatividade* do âmbito normativo aparece como central para a filosofia de Wittgenstein, podemos mostrar como seus polêmicos comentários sobre o teorema de Gödel, na segunda fase de sua filosofia, podem ser compreendidos, sem que sua posição adquira um caráter *ad hoc*, incorrendo em uma petição de princípios, na medida em que fosse meramente fundada em sua suposta tese sobre o funcionamento da linguagem.

É importante ainda incluir aqui, na introdução de nosso trabalho, algumas considerações de caráter metodológico, indispensáveis, tal como analisamos, para quem quer que deseje entender o pensamento de Wittgenstein, bem como as análises deste que aqui apresentamos. Tratam-se de orientações gerais de conduta diante da própria tarefa da Filosofia que devem ser sempre tomadas como pano de fundo na pesquisa de qualquer posição atribuída a Wittgenstein, bem como na leitura de qualquer defesa de um ponto de vista afim com a sua Filosofia. Tal como analisamos, a desconsideração destes pontos acarreta fatalmente a incompreensão do que está sendo ressaltado nas nossas análises de Wittgenstein.

Em relação ao trabalho que aqui desenvolvemos, o primeiro aspecto que precisamos ressaltar é a sua opção pela abrangência. Nosso objetivo aqui não é, em nenhum momento, o exame exaustivo de detalhes concernentes aos tópicos da Filosofia de Wittgenstein e demais autores analisados, mas, seguindo o próprio diagnóstico de Wittgenstein para a tarefa da Filosofia, o estabelecimento de uma *visão de superfície* de determinadas relações conceituais centrais, que nos permitam uma *visão sinóptica* do ponto em questão. Sendo assim, corremos conscientemente o risco de sacrificar a análise exaustiva dos detalhes em favor daquilo que talvez seja mais importante do ponto de vista filosófico, a saber: em favor de uma visão mais compreensiva do problema. “Não se envolva com problemas parciais, mas sempre levante vó para onde existe uma visão livre sobre todo o *único* grande problema, mesmo que esta visão não seja ainda completamente clara” (NB, p.23e). Verdadeiramente, acreditamos que “o único grande problema” ao qual Wittgenstein se refere nesta passagem é o tema de nosso estudo, mas a citação aqui visa antes de tudo justificar a escolha pela abrangência em nossa temática. Criticar o presente trabalho por isso é criticá-lo por aquilo mesmo a que ele se propõe.

Em relação ao autor que guia nossas análises, um aspecto central que orienta, metodologicamente, sua posição sobre a atividade filosófica (em ambas as fases de seu pensamento), e que aqui pretendemos de alguma forma espelhar, diz respeito ao que constitui um discurso teórico como tal. Todo discurso teórico, o que inclui nossas *prosas* e explicações filosóficas, supõe sempre a possibilidade do seu oposto (este ponto será abordado no presente trabalho). Isso gera uma tensão inerente à tarefa da Filosofia, tal como tradicionalmente entendida, na medida em que se entende que a Filosofia deveria dar conta de apresentar e sustentar teses necessárias. Qualquer teoria é sempre contingente na medida mesma em que supõe, e precisa supor, seu oposto como possível, daí que qualquer teoria deve supor-se distinta e independente daquilo sobre o que versa, sobre o que teoriza, e, por isso, passível de falsificação ou verificação pelo real. Sendo assim, nenhuma teoria poderia ter como objeto *todo e qualquer objeto*, como pretende, pelo menos em certo sentido, ter a ontologia, desde que deveria supor-se, na medida mesma em que é uma teoria, sempre distinta de seu objeto, estando, assim, fora deste (não se incluindo neste), e, sendo seu objeto, na medida mesma em que é seu objeto, independente da teoria.

É ressaltado por Wittgenstein, desde o *Tractatus*, que todo discurso significativo pressupõe o que permite seu dizer. Mas, do ponto de vista da segunda fase de seu pensamento, podemos dizer que todo discurso teórico pressupõe a existência prática ou pré-teórica de vivências e concepções ordinárias – ou, nos termos do segundo Wittgenstein, pressupõe nossa *imagem de mundo e forma de vida* – que necessariamente independem das teorias especulativas. Logo, o discurso teórico não poderia dar conta do que é suposto como necessário, sob pena da contradição de tomar o necessário como contingente. Se há o necessário, e deve haver enquanto limite do possível, o necessário é então justamente este âmbito *pré-teórico* que é pressuposto por nossos desenvolvimentos especulativos.

O que o filósofo metafísico gostaria, em sua busca por princípios últimos e necessários, é de enlaçar a si mesmo (sua teoria) e ao seu objeto, comparando-os e comprovando sua própria veracidade, o que seria absurdo, desde que a teoria teria que ser critério de si mesma, e, portanto, suposta verdadeira para a própria avaliação de sua verdade. A Filosofia foi tradicionalmente entendida, ao contrário da ciência empírica, como necessária, e, sendo assim, se supôs que, no caso da Filosofia, não haveria um *gap* entre discurso e realidade, justamente por conta deste caráter necessário. A pretensão da Filosofia é, nesse sentido, tal como entendemos, a adequação total entre a teoria e o real. E é isso que, do ponto de vista de toda a Filosofia de Wittgenstein, não pode ser feito, desde que supõe que o discurso filosófico seria já pressuposto (*petição de princípios*), devendo fundamentar a si mesmo, e ser seu próprio critério de avaliação, o que não poderia ser uma teoria.⁷ Se a Filosofia for ainda uma forma de conhecimento teórico com conteúdo cognitivo, pretensão de verdade e possibilidade de falsidade, seus desenvolvimentos especulativos precisariam ser distintos de seus objetos, ou, dito de outro modo, se a Filosofia é ainda uma teoria, precisa ser contingente, mas o problema é que parece que, pela sua natureza, ela não deveria sê-lo.

É realmente natural (e segue-se já do próprio funcionamento da linguagem) que se busque um limite necessário para o possível, desde que nem tudo pode ser hipotético, algo precisa ser suposto como certo para que a própria formulação de teorias seja possível, mas, este limite do âmbito teórico não pode ser o objeto de

⁷ “Todas as teorias que dizem: ‘isso é como dever ser, de outro modo não poderíamos filosofar’ ou ‘de outro modo certamente não poderíamos viver’, etc., etc., devem certamente desaparecer.” (NB, p. 44)

uma ‘super-teoria’ última, uma super-tese, justamente porque não pode ser mais uma hipótese teórica, mas deve ser também o limite das teorias, pressuposta por estas, ou seja, este limite só pode ser o âmbito pré-teórico. O problema é que se deseja sempre que o que vale para o âmbito empírico, isto é, o âmbito da formulação de teorias sempre contingentes, continue valendo para o normativo, o âmbito necessário, limite das teorias. Assim, deseja-se ainda um conhecimento teórico, com teses, que são, por princípio, contingentes, mas necessário. E, por isso, a confusão filosófica central, da qual se derivam todas as demais, é a que confunde o empírico com o normativo, ou que trata o normativo – o que diz respeito ao que determina o funcionamento da linguagem –, por analogia ao, ou da mesma forma que, o empírico – que diria respeito ao mundo.

Eu leio que ‘os filósofos não estão mais próximos do significado da ‘Realidade’ do que estava Platão...’ Que coisa extraordinária! É notável que Platão tenha conseguido avançar tanto. Ou, então, que nós não tenhamos conseguido avançar um só passo. (...) Sempre se ouve as pessoas dizendo que a Filosofia não faz progressos e que os mesmos problemas filosóficos que preocupavam os gregos ainda nos incomodam. Quem diz isso, porém, não entende a razão pela qual isto tem sido assim. A razão é que a nossa linguagem permaneceu a mesma e nos conduz sempre às mesmas questões. Enquanto houver um verbo ‘ser’ [normativo] que pareça funcionar como ‘comer’ ou ‘beber’; enquanto houver adjetivos como ‘idêntico’, ‘verdadeiro’, ‘falso’, ‘possível’ [normativos]; enquanto as pessoas falarem sobre a passagem do tempo, sobre a extensão do espaço; enquanto tudo isso acontecer as pessoas sempre irão se confrontar com as mesmas dificuldades irritantes e ficarão de olhos postos em algo que nenhuma explicação parecerá capaz de remover. (Wittgenstein, 1995, p. 424)

Assim, a Filosofia condena-se às aporias, desde que se pretende teórica, mas, ao mesmo tempo, não contingente, pretendendo-se incluir em seu objeto, pela própria natureza especial atribuída ao mesmo. Entretanto, na medida mesma em que a Filosofia fosse uma teoria especulativa já se suporia também distinta de seu objeto. Sendo assim, suposta a adequação (colapso) total entre discurso e realidade, e, com isso, a necessidade do primeiro, o que é dito, a tese filosófica, é tomada ao mesmo tempo como necessário e contingente e, então, o oposto da tese, o que é excluído por esta, precisa ser também, ao mesmo tempo, tomado como possível e impossível. Disso, dessa confusão inicial, derivam-se os problemas insolúveis aos quais está condenada a Filosofia recorrentemente, por pretende-se, de saída, ao mesmo tempo, independente e incluída em seu objeto (necessária e

contingente), uma teoria *determinada sem determinação* externa, isto é, que é critério de si mesma.

Entretanto, de outro modo, o que restaria à Filosofia então? Deixar de pretender-se uma teoria necessária, que se confunde com seu objeto, na medida em que tem como objeto todo e qualquer objeto, incluindo a si mesma, mas manter-se enquanto análise ou clarificação conceitual das teorias e *descrição* do âmbito pré-teórico. Desta feita, não se toma partido nos debates filosóficos por esta ou aquela posição, mas analisam-se os pressupostos comuns, isto é, o que é compartilhado como certo pelos envolvidos na disputa. Nestes pontos aqui brevemente expostos, encontramos os principais elementos da proposta geral *wittgensteiniana* para a atividade filosófica. Este é o método que, no geral, constatamos acompanhar o pensamento de Wittgenstein, em ambas as fases do filósofo, método este que, como esperamos deixar mais claro ao longo do nosso trabalho, mantém uma relação direta com a sua análise da *impredicatividade* envolvida na determinação da generalidade – que, como já notamos, por hipótese, ocupa um lugar central no pensamento do autor. Além disso, esta manutenção do *gap* entre teoria e real, e, principalmente, a conseqüente recusa em colapsar ou confundir nossas práticas bem estabelecidas com a especulação teórica sobre estas – transferindo problemas desta última para as primeiras – é também o princípio norteador de nossas próprias análises, isto é, é o princípio que compartilhamos com Wittgenstein, tanto para investigar o que está envolvido na própria *impredicatividade*, quanto para investigar o que os autores analisados em nosso trabalho têm a nos dizer sobre esta.

Esta advertência inicial é fundamental para evitar a crença de que determinadas questões conceituais relativas, por exemplo, à matemática – mantidas por Wittgenstein, e ressaltadas por nós em nossa pesquisa – não podem proceder porque nossa prática matemática estabelecida funciona muito bem com estes conceitos. Desta feita, busca-se refutar o problema conceitual com o funcionamento da prática, ou, por outro lado, acredita-se também estar recusando-se o funcionamento da prática diante dos problemas teórico-conceituais apontados, o que é já uma confusão originada da pressuposição inicial de uma possível adequação total entre “real indubitável” e desenvolvimentos teóricos-especulativos. Aqui, por outro lado, seguiremos com Wittgenstein a orientação de manter o quanto possível a prática afastada da *prosa* e, sendo assim, mantemos

que nem devemos abandonar nossas práticas, por conta da inconsistência de sistematizações conceituais, nem devemos abandonar essas inconsistências por conta da inequívoca, inelutável e mormente meritória, viabilidade pragmática envolvida com suas teses, mas, que, *aumentemos o hall de nossos problemas*, e nos esforcemos para fornecer uma maior clarificação conceitual para nossas noções, não confundindo questões de ordem lingüística (do nosso arcabouço conceitual) com questões empíricas, ou de uma suposta estrutura mais fundamental, super valorando o estatuto “metafísico” de nossa teoria. Devemos levar em conta tanto a inconsistência de nossas sistematizações conceituais, quanto a viabilidade pragmática, pois, nem a inconsistência perfaz obstáculo insuperável à viabilidade pragmática, nem a viabilidade pragmática perfaz obstáculo insuperável à inconsistência. De fato, parece-nos que apenas a pressuposição da adequação entre realidade e teoria não nos permite notar que a razoabilidade independe da inconsistência, ou, no caso da matemática, que a prática de cálculo independe dos desenvolvimentos teóricos acerca desta. Se uma teoria é sempre contingente, e, portanto, não é “o real” do qual não podemos sair, pode haver uma contradição na teoria sem que isso implique uma perda para o real, ou seja, para o âmbito pré-teórico, que seus desenvolvimentos especulativos pretendiam explicar. Apenas acreditamos que uma contradição na teoria represente um problema para o pré-teórico porque colapsamos ambos, isto é, não separamos nossas prosas de nossas práticas, confundimos uma com a outra, e acreditamos que nossas prosas são “a verdade” de nossas práticas. Wittgenstein segue a orientação metodológica geral de não contrapor jamais a prática, particularmente a prática matemática, como dada, às questões teóricas ou de ordem conceitual. Com isso, evita-se a confusão, muito difundida, de acordo com a qual problemas teóricos poderiam significar problemas para a própria prática bem estabelecida, ou de que o funcionamento da prática matemática poderia, por ele mesmo, servir como um argumento contra problemas de princípio. Desta forma, poderemos entender em que medida Wittgenstein afirma o problema de princípio para o projeto de fundamentação teórica, para nossos padrões explicativos ou prosas filosóficas, acarretado pela impredicatividade, mas mantém também que isso não significa dizer que a matemática tal como é feita deva ser revisada, mas significa apenas que nossa explicação para como ou porque fazemos o que fazemos tem um problema. Assim como os argumentos de Zenão não nos fazem parar de nos

mover, temos que lidar com o fato de que, em alguns casos, fazemos o que fazemos, e não temos um padrão de fundamentação ou explicação consistente para isso. Entendendo este ponto, estamos também preparados para entender em que medida Wittgenstein não é um *predicativista*, mas reconhece o problema de princípio envolvido na impredicatividade para as teorias filosóficas.